

CRIME E LOUCURA: discursos, práticas e exclusão social no Recife na segunda metade de século XIX

Isabel Cristina de Santana SILVA¹
 Clarissa de Albuquerque Bastos NEIVA²
 Artur Gilberto Garcéa de Lacerda ROCHA³

RESUMO

A Casa de Detenção do Recife durante a segunda metade do século XIX era o local onde os presos de diversos crimes eram encaminhados para custódia, averiguações e prisão até a sentença judicial final. Não sendo uma instituição voltada a serviços de saúde mental, não foi raro encontrar entre seus residentes pessoas identificadas como alienadas, como mostra a documentação encontrada no Arquivo Público Estadual, documentação esta indireta e direta. Na busca de identificar discursos e práticas sobre a loucura naquela sociedade, identificamos nos ofícios destinados ao Chefe de Polícia relatos como os da detenta de Codinome Felicidade e dos detentos Joaquim Policarpo de Jesus Bandeira e Ângelo Custódio dos Santos. Embora recolhidos pela mesma condição, foram levados a caminhos diferentes de acordo com seus respectivos comportamentos, sujeitando-os a destinos separados: continuidade na prisão, como no caso da mulher, transferência para o Hospital de alienados ou soltura, pois se percebe no discurso da ordem, ausência de lugares adequados para aloca-los; não pertencendo, estes, a rua, a casa, a cadeia; tornando-os indigentes sociais e muitas vezes, postos a própria sorte na comunidade, voltando a condição recorrente de detentos. A casa de detenção apresenta-se como reflexo de discursos da sociedade recifense daquele período, demonstrada na sua disposição em forma de cruz (panoptismo) impondo olhares e controles sobre os indivíduos e corpos, funcionários e detentos, ordens e desordens, segregando do convívio cidadão as corrupções da norma, remodelando não apenas os aspectos externos arquitetônicos da cidade, como internos da individualidade dos ditos alienados.

Palavras-Chave: Loucura; Crime; Recife; Modernidade; Sociedade.

ABSTRACT

The Recife House of Detention during the second half of the nineteenth century was the place where prisoners of various crimes were sent to custody, investigation and imprisonment until the final court decision. Not be an institution devoted to mental health services, it was not uncommon to find among its residents identified as alienated, as shown in the documentation found in the State Public Archives,

1 Graduada em Psicologia na Faculdade de Ciências Humanas ESUDA.
isabelsantana0314@gmail.com.

2 Graduada em Ciências Contábeis na Faculdade de Ciências Humanas ESUDA, e em Bacharelado em História pela UFPE. clarissabastosn@gmail.com.

3 Professor Faculdade de Ciências Humanas ESUDA Servidor Público Estadual lotado no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Secretaria da Casa Civil. arturgarcea@gmail.com.

where we find indirect and direct documentation. In order to identify discourses and practices of madness that society, met offices for the chief of police reports as the inmate's code name Felicidade and detainees Joaquim Policarpo Jesus Bandeira and Angelo Custódio dos Santos. Although collected for the same condition, they were taken to different ways according to their behavior, subjecting them to separate destinations: continuity in prison, as in the case of women, transfer to the alienated Hospital or release as it is perceived in speech order, lack of adequate places to allocate them; not belonging to these, the street, the house, the chain; making them social indigent and often put to their own devices in the community back to recurring condition of detainees. The detention facility is presented as a reflection of speeches of Recife society of that period, demonstrated in his willingness cross-shaped (panoptism) imposing looks and controls on individuals and bodies, employees and inmates, orders and disorders, separating the city living the corruptions of the norm, reshaping not only the architectural external aspects of the city, as internal individuality of alienated said.

Keywords: Madness; Crime; Recife; Modernity; Society.

O Recife, como tantas outras cidades do Império do Brasil e da Europa, das décadas de 1860 e 1870, encontrava-se em pleno processo de transformação de sua paisagem e espaço urbano. Alguns setores da sociedade estavam empenhados nessa nova face da cidade e, capitanearam essa modificação. Setores estes representados em Pernambuco pela classe política, comerciante e médica, principalmente esta última, como fornecedora do ideal capturado pelas outras duas e utilizadas como meio para implementação das modificações ditas necessárias.

O aumento da importância das cidades processou-se rapidamente no terceiro quarto do século XIX. Na década de 1870, as principais cidades brasileiras haviam perdido muito de seu aspecto colonial e podiam orgulhar-se das melhorias [...], assim como várias ruas pavimentadas, mais prédios públicos elegantes e populações cada vez maiores. (HAHNER, 1993:20)

Na cidade do Recife, até meados da segunda metade do século XIX, não tinha um lugar de referência para tratamento específico de saúde mental. Todas as ocorrências policiais da capital da Província eram mandadas para a casa de detenção, e de lá eram traçados os destinos de acordo com as suas especificidades. Mas, havia ocorrências que, em vários aspectos, não cabiam naquele lugar, eram os casos dos chamados alienados, termo utilizado na época para denominar pessoas que tinham algum comprometimento psiquiátrico e/ou psicológico, do ponto de vista formal, ou apenas os excluídos sociais assim identificados.

Quando foram instituídos os primeiros lugares fora da carceragem, os alienados eram encaminhados para as Santas Casas de Misericórdia, prática já bastante comum em outras províncias. Mesmo assim, o tratamento que era dispensado aos internos estava vinculado aos serviços mais comuns de saúde e

cuidados paliativos, não direcionados, especificamente, aos cuidados mentais. Podemos observar a triste realidade, como figurada no trecho:

Discussões envolvendo a situação dos alienados mentais que vagavam pelas ruas e o tratamento a que eram submetidos aqueles que se encontravam reclusos nas enfermarias da Santa Casa de Misericórdia, ganharam relevo na Corte Imperial. Os maus tratos, a falta de um tratamento físico e moral condizente, de um médico especialista, de enfermeiros competentes, e, sobretudo, de condições higiênicas adequadas ao tratamento de doentes constavam nas denúncias formuladas nesta década. (GONÇALVES, 2010:01)

Devido à necessidade, em termos de espaço pensado para o exercício do cuidado com a saúde mental, ou mesmo sobre a questão da superlotação, começam a surgir, sem muito planejamento, lugares que serviam apenas de depósito para esses indivíduos classificados como alienados.

Foi o caso do Hospício da Visitação de Santa Isabel situado na cidade de Olinda, ligado à Igreja da Misericórdia, para onde foram mandados vários internos, em sua maioria mulheres, onde em pouco tempo via-se na mesma situação das Santas Casas; ambiente superlotado, sem projeto sanitário, nem tampouco tratamentos voltados para as demandas psiquiátricas e/ou psicológicas vigentes.

Foi diante desse cenário de abandono do poder público, e diante da evolução do pensamento médico, que foi pensada a construção do Hospício do Sítio da Tamarineira, um lugar voltado para o serviço de tratamento a saúde mental seguindo as orientações das mentalidades europeias de fins do XIX. Podemos observar expressamente esta necessidade, de acordo com o relato de Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, em 1871, sobre o até então Hospício de alienados:

Sem as proporções indispensáveis ao elevado número de enfermos que lá se acham aglomerados, o espetáculo que ali oferecem é contristador, e protesta contra a denominação de Hospício. Não pode haver regime terapêutico nas condições prescritas pela ciência; ao contrário, digo pelo que observei, o aspecto do estabelecimento e a aproximação dos loucos das diversas espécies bastarão para entenebrecer sem mais remédio as faculdades mentais de qualquer infeliz que, tendo-as apenas perturbadas, poderia achar perfeita cura, se fosse socorrido convenientemente. A fundação, portanto, de um verdadeiro Hospício seria relevante serviço à humanidade. (ODA. 2005, 999-1000)

Até então, todas as influências e cuidados voltados para esses indivíduos ditos alienados, eram vindos de ordens religiosas, e quando ligadas as questões de doenças, acidentes e outras situações estavam relacionados puramente a naturezas médicas.

A ascensão do pensamento racional, científico comparado, aprofunda o uso do discurso de poder a partir do saber médico psiquiátrico, tendo como responsáveis as influências das ideias das escolas psiquiátricas europeias, principalmente a francesa que norteava, em vários aspectos, os segmentos sociais no Brasil, como também na Província de Pernambuco.

Quando tratamos dos primeiros movimentos relacionados à saúde mental na cidade do Recife, percebe-se uma influência vinda da Corte, que corrobora com a ideia da influência da escola europeia anteriormente citada.

Entre 1830 e 1840, o pensamento médico psiquiátrico encontrava seus estudos e suas práticas nas ideias do francês Philippe Pinel, com o tratamento moral reabilitava o alienado ao convívio social e produtivo-econômico, convencendo e transformando a percepção deste louco em uma outra ilusão socialmente aceita. Mas, só depois, na transição do Império para República brasileira, é que ocorre uma mudança profunda no conceito de loucura na nossa sociedade, pois é nesse momento que – de uma forma mais enfática – o louco passa a ser associado à ideia de periculosidade.

O discurso alienista transforma a loucura em doença mental. E mais tarde, com as ideias de B. A. Morel ligadas a degenerescência, faz-se uma ponte com a questão hereditária para a causa da loucura – conceito de grande influência no meio psiquiátrico no período republicano –, e utilizada como mecanismo de controle social diante do crescimento urbano e econômico.

É nesse período que o louco passa a ser afastado do convívio social e familiar. Quase todas as explicações e prognósticos estavam ligadas às questões de hereditariedade e determinismos biológicos. Fortalecendo, assim, a ideia – ainda que subliminar e indireta para muitos – de que não havia motivo para tratamentos mais elaborados, logo, afastar o louco da sociedade era a melhor opção, pois sua simples presença implicaria em vergonhas por parte da família e da cidade.

Aquele que não seguia o padrão comportamental que a sociedade determinava como uma pessoa sã, passou a ser 'diferente' e caracterizado como louco. A loucura foi transformada em uma identidade para representar não apenas o louco de origem psicossomática, mas todos aqueles que estivessem para além do padrão social estabelecido. O louco, a partir dos discursos de poder-saber estipulado pela religião, política e ciência, foi excluído do convívio social e afastado daqueles que eram ditos normais, racionais, os que não ameaçavam a ordem da sociedade. (LIMA, 2011, p. 142)

O entendimento do que é loucura e a forma de se lidar com ela, muda de acordo com o tempo, com os acontecimentos históricos, com os interesses socioeconômicos, dentre outros fatores. Compreender o entendimento de loucura em meados do século XIX no Brasil, na cidade do Recife, é compreender que existe uma estrutura que se encontra em construção na relação dos interesses da elite recifense, que promoviam as influências, os tratamentos, as atuações para com o dito louco, alienado.

A psicopatologia Francesa é matéria de referência nas primeiras Faculdades de Medicina, o tratamento moral como método de controle social, ganha força em vários segmentos da sociedade, inclusive na terapia/tratamento da alienação mental (MASSIMI, 1993. p. 72).

Em conclusão, as instituições do saber médico desenvolveram na cidade do Rio de Janeiro, ao longo do século XIX, um papel social e cultural muito relevante. A Psicologia nelas elaborada e divulgada apresenta-se como meio de higiene e controle social da população, e as frequentes referências à Psicologia europeia colocam-se no quadro da tentativa de assimilar o mais possível a nação brasileira aos Estados europeus modernos.

As ideias higienistas chegam na cidade do Recife, e tudo aquilo que é declarado, por uma parte da sociedade, como indesejável, inadequado, que não se encaixa nesse modelo imposto, e que não produz, deve ser afastado, segregado.

Segundo Foucault (2004), esse lugar do excluído sempre existiu, e é sempre resignificado com um novo grupo social, uma nova configuração de interesses, como a lepra da época medieval que foi substituída pela loucura. Algo desconhecido, que não se tinha controle. Onde a grande questão era enquadrar um indivíduo que já não se enquadra e nem se importa com as regras, que rompeu com as atividades racionais. Então, o melhor caminho para a ordem e o poder, levaria a exclusão, ao afastamento instituído a essas pessoas que não se encaixavam no novo, no moderno, no produtivo.

Observa-se como esses discursos estavam associados às transformações do espaço urbano do Recife, e de seus componentes humanos construtores, influenciadas pelos discursos do saber médico-higienista, e como estas opiniões retratariam o ideal de modernidade vigente no mundo ocidental de fins de século XIX, e como contribuiu para as transformações do espaço físico, social e arquitetônico.

Tenta-se mostrar, também, como estes discursos – principalmente os higienistas e psiquiátricos – foram utilizados pela elite, elaborados e transformados para servir de suporte a determinados grupos de saberes, como também, verificar como eles fizeram parte integrante de um poder, e como se deram seus usos respectivamente.

Porém, não cabe aqui uma busca por uma continuidade dos conceitos expostos, ou mesmo de descartá-la, em nome de uma ruptura com o passado da cidade. Não se procura provar que o ideal de modernidade rompe as rotinas de uma forma drástica ou ainda dramática, nem pelo contrário. Cabe avaliar se houve um processo de transformação que trouxe benefícios ou prejuízos. Não se tratando de reduzir a um tipo de explicação as relações sociais.

Cabe aqui, neste ponto, abrir um parêntese para a inserção de maiores explicações sobre o termo e de alguns conceitos como o de modernidade e de civilidade, pois tais esclarecimentos tornarão mais ágil e clara a percepção do texto e das colocações feitas no transcorrer deste trabalho.

Em uma sociedade regida pelo pensamento burguês, o crime não mais se trata apenas de uma falha atrelada à ordem moral ou religiosa; o crime deixa de ser mais um pecado, passando, assim, a ser uma espécie de rompimento com a concordata social e econômica.

Podemos assim perceber, que os espaços antes destinados a uma parcela um tanto quanto limitada até então, passa a dividir entre seus ocupantes personagens que não se encaixavam na ordem e bons costumes da sociedade moderna, como peças a mais em um já perfeitamente ordenado tabuleiro de xadrez; o diferente, o que fugia do modelo de normalidade e homogeneidade, era uma ameaça e teria que ser excluído.

Busca-se aqui não formar ou mesmo encastelar um ou outro conceito ou modelo específico de modernidades, já que há um consenso em tratar este termo no plural, mas sim, tentar capturar a concepção dessa categoria pelas pessoas que pensavam e faziam o cotidiano naquela parte de século. E com a crença desses contemporâneos de que estes entendimentos estavam corretos, conduzia-os para a efetivação e colocação em prática daqueles ideais construídos ao longo do século XIX.

O moderno no século XIX vinculou-se ao projeto civilizatório quando pensado por ideais positivistas, por concepções de ordem, progresso, processo, linearidade,

racionalidade e cientificidade, por novos padrões que davam ao discurso a legitimidade necessária para que ele chegasse a interferir no percurso do poder. O que deixa claro não haver espaço, neste momento histórico, para o não enquadrado, o livre, o louco.

A modernidade pode ser entendida como um projeto civilizatório de construção da autonomia e secularização do sagrado ou, até mesmo, como um conjunto de mudanças no reino da produção de mercadorias articuladas com transformações tecnológicas avassaladoras, onde se destacam a modernização das relações sociais e a vitória definitiva do capitalismo, como costumam ressaltar os teóricos neoliberais. [...]. O moderno pode, portanto, ser entendido ou apresentado como uma ameaça para a ordem instituída ou mesmo como elemento de renovação para evitar uma crise radical da sociedade. (REZENDE, 1997. p. 54-56)

Em busca de poupar a cidade desta crise social e viabilizar as transformações do Recife do século XIX foi que a elite política produziu discursos, apoderando-se de tantos outros saberes. Assim, as diferentes fontes observadas por este estudo, além de fornecer a possibilidade da verificação de distintas histórias, nos apresentam diferentes sujeitos que mostram diversos discursos carregados de linguagens e significados divergentes, conforme seus usos e necessidades.

A linguagem é uma construção elaborada a partir de um real, de uma verdade, porém não representa em si a realidade ou a verdade absoluta. Essa construção tem como ponto de partida o projeto ideológico, que o sujeito detentor do poder de elaborar o discurso, pretende defender, pois o discurso apenas será ouvido ou aceito como válido a partir de uma aceitação do ouvinte, para isto seria necessário – e principalmente neste período de exaltação das possibilidades da ciência – um discurso com embasamento técnico e especializado, que possa também convencer de forma ativa os atores no qual o poder é exercido.

O domínio do poder [...] seria efetuado através da linguagem, ou melhor, por um ato de discurso que criaria, pelo próprio fato de enunciar, um estado de direito. Ele fala e faz-se a regra. (FOUCAULT, 2001.p. 81)

Busca-se então, a verificação da origem do sujeito detentor do saber e poder de elaborar o discurso, como também o tipo de verdade ou verdades que foram construídas ao longo desses anos no Recife. Pretende-se ver como um grupo se apropria dos saberes, e a partir dele justifica os procedimentos adotados na transformação e ordenamento dos espaços de uma cidade como o Recife. “O

Importante é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder. [...]. A 'verdade' está circulante ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. 'Regime' da verdade". (FOUCAULT, 2000. P. 12; 14)

O discurso de modernidade usado para dar sustentação ao projeto de um Recife mais civilizado do ponto de vista europeu, herdado da Paris de Haussmann, descrito por amantes ou por críticos como Baudelaire, foi capitaneado pelos higienistas e a questão da salubridade pública virou assunto de primeira ordem na segunda metade do século XIX, não apenas na Província de Pernambuco ou em sua capital, mas em todo o território do Império do Brasil, que tinha em sua Capital - o Rio de Janeiro - o centro irradiador das ideias modernizantes trazidas dessa Paris.

Desta forma, desde da Paris Haussmanniana até o Recife de fins de século XIX, este projeto de modernidade não sofreu grandes alterações em seu cerne, mas apenas algumas assimilações regionais não deturpam de modo algum os interesses das autoridades de excluir do convívio cotidiano as camadas de mais baixa renda e transformar a cidade em um local onde a alta sociedade estivesse livre de ver ou conviver com os pobres e, no caso do Brasil, com os negros forros ou ainda escravizados.

As intervenções sobre as cidades, endossadas por um saber ideologizado de um intelectual especialista-técnico sobre os males da cidade, elaboraram, corrigiram, alargaram suas ruas, e retirando parte da população delas, na intenção de torna-las salubres e saneados os espaços citadinos.

O intelectual é alguém que ocupa uma posição específica, mas cuja especificidade está ligada às funções gerais do dispositivo de verdade em nossas sociedades. Em outras palavras, o intelectual tem uma tripla especificidade: a especificidade de sua posição de classe; a especificidade de suas condições de vida e trabalho; e finalmente a especificidade da política de verdade nas sociedades contemporâneas. (FOUCAULT, 2000. P. 13)

Desta forma, o Recife foi reconstruído, reestruturado, remodelado por especialistas, cientistas e que concluíram que o insalubre presente nas ruas daquela cidade tinha culpado, assim, as doenças e anormalidades, no que se refere à saúde, que ocorreram durante o século XIX, foram associadas às classes trabalhadoras e aos citadinos pouco abastados, criando-se, portanto, dentro da classe dominante, um ideário de exclusão em moldes antes visto em Paris, onde também a culpa pelos problemas maiores da cidade foi colocada em cima da classe operária e pobre.

A obra do francês Louis Chevalier – *Laboring classes and dangerous classes in Paris during the first half of the nineteenth century* –, remete a condição de pobreza a falta de higiene e de disseminação e proliferação das doenças por toda a cidade, mostrando, desta forma, a necessidade da exclusão do convívio urbano central dessa parte da sociedade, como também a condição de ser pobre está intimamente ligada à marginalidade, ao vício, à insanidade.

Assim, a questão da higiene e salubridade foi sendo usada como epígrafe para dar balizamento ao discurso de uma necessidade, de uma urgência da limpeza do centro urbano; tanto no âmbito da higienização, como no da erradicação de parte da população; e da retirada do pobre deste local. “Classes duplamente perigosas, por que propagavam a doença e desafiavam as políticas de controle social no meio urbano”. (CHALHOUB, 1996. P 8)

Assim, a população negra, forra ou não, presente nas cidades imperiais passou a ser merecedora cada vez mais, por parte de setores que compunham a elite dominante no século XIX, de atenção especial, inclusive durante o processo de transição do trabalho escravo para o livre patrocinado pelo Estado, que teve como seus principais marcos a lei Eusébio de Queirós e a lei do Ventre Livre.

Se o negro era a expressão do oposto da busca da civilização da nascente nação brasileira, não resta outra opção a não ser a de excluí-lo, nem que esta exclusão seja apenas do perímetro urbano e também de algumas atividades de maior interesse da elite branca, para isto, esta elite precisava apenas de um motivo, e ele veio com as epidemias das décadas de 1840 e 1850, pois alguns dos especialistas em higiene pública acreditavam que a doença era trazida ao Brasil pelos negros no ato do traslado atlântico, ou seja, que os negros vinham de África contaminados e aqui propagavam os vírus.

Na segunda metade do século XIX, o Brasil assistiu uma modificação dos rumos políticos com respeito aos centros urbanos, sua ocupação em relação à classe social e etnias. Neste ponto da questão social e racial, cerne da civilidade e modernidade à brasileira, porém por tantas vezes ocultada, com a intenção de uma higienização, de uma salubridade; as ações da cidade do Rio de Janeiro, a Corte, eram vistas como exemplo para o restante do império.

A limpeza do centro urbano não passava apenas pela questão da higiene, era principalmente socioeconômica e racial, pois os pobres eram “classes duplamente perigosas”, como citado anteriormente.

O dinamismo, o fluxo, o tráfego, a velocidade da cidade já tinha sido modificada, porém suas ruas ainda não refletiam estas mudanças, estavam sujas, cheias de lixo, entulhos, mau cheiro; não raro, ainda eram encontrados animais como porcos, galinhas, como gados *vacum* e *cabrum*, criados soltos em pleno espaço urbano, também eram encontrados soltos, em plena praça, ruas e avenidas, os loucos e vagabundos. Personagens vivos que traziam incômodos e preocupações para a elite de uma cidade ainda de sentimentos coloniais, mas com aspirações de grande metrópole. Preocupações de uma elite e de seus representantes na Câmara de Vereadores.

As doenças e epidemias também eram preocupações constantes dos vereadores da Câmara Municipal do Recife. As grandes moléstias não ficavam mais isoladas em certos pontos como antes, as doenças em um mundo moderno ou em processo de modernização também atingiam outras proporções, pois como afirma Louis Chevalier (1973) – “*The biological drama cannot be isolated from the economic and political drama*”.

Mas, esta frase de Louis Chevalier sobre a impossível separação da condição social – de vida, de moradia – da condição física e biológica, demonstra também que a preocupação das autoridades políticas com a saúde pública encontra caminho baldado entre os moradores de baixa renda e em suas moradias, como também nas formas e nas condutas de sua vida.

É neste cenário descrito acima que se inseriu o olhar sobre a loucura, e por que não dizer, sobre o louco, sobre o oposto daquilo que era pregado como moderno, como sadio, como normalizado. “A loucura é o retorno ao paraíso, sem sofrimento e sem necessidade, porém também sem inocência, por isso a loucura é diabólica, já que oferece o saber proibido, o desejo e uma falsa felicidade, o anúncio de que o fim está próximo”. (FOUCAULT, 2004. p. 21) O que fazer com um indivíduo que não se achasse culpado, que não coubesse nele o peso do pecado que arrastou a humanidade para a dor e o sofrimento.

A loucura, neste ponto, impossibilitaria o uso da força, da coerção da padronização social sobre o indivíduo para a moderna concepção da produção, não poderia ser mais libertado pelo trabalho dignificante, não caberiam mais os Sísifos ou Adãos, pois este personagem já se encontrava desagrilhado. Os loucos não abandonam a liberdade silvícola para se tornarem cativos da civilidade dos súditos de Osíris.

Então, o que resta é tornar a própria loucura um pecado, pois o louco pecou por se deixar levar pela tentação da loucura como afirmaria Michel Foucault, ou mesmo a imagem viva da lembrança da pequenez humana e sua impossibilidade da conveniência graças à imperiosidade da verdade imposta da loucura, como afirmou Erasmo de Roterdã no seu livro Elogio da Loucura.

A saída encontrada pela sociedade recifense também não foi diferente das usadas por outras sociedades, a exclusão, o isolamento, a estigmatização do indesejado, mas este indesejado já fora excluído anteriormente quando largado ou mandado para capital como se navegasse na *stultifera navis*⁴, entretanto a este navegante não restara mais outra opção, apenas o abandono, o descaso, a prisão.

Como visto, o pensamento moderno se enraíza na sociedade recifense com grande impacto, principalmente transparecido no fim do século XIX. Dentro dessa configuração moderna, seus novos espaços públicos, não obstante, seguem tal regra; tendo como um de seus principais expoentes a Casa de Detenção do Recife (CDR), que foi inaugurada na década de 1850, mais como uma casa de custódia de presos a serem julgados e em trânsito, mas que também era ocupada por presos julgados e condenados, como também por aqueles que cometiam o delito de serem arruaceiros, escravos, vagabundos e loucos.

Antes de ser explicada a estrutura como uma nova ferramenta oriunda da modernização – percebendo a importância da mesma até no olhar sobre o crime –, é importante ressaltar o que de fato era digno de punição na época dessa sociedade em ascensão capitalista, onde o que era passivo de punição não se limitava à crimes contra o próximo; mas também crimes contra os costumes e modelos de normalidade criados por uma sociedade hipócrita, como exposto nos livros de entradas e saídas de presos da CDR encontrados no Arquivo Público Estadual. Nesta documentação cada preso era posto em catalogação, descritas suas características físicas – feições, cor, cabelo – e identificadas as causas de sua clausura.

Andando conjuntamente com o pensamento dos homens de sua época, as estruturas e instituições aparecem para legitimar e tentar tornar possível o projeto de uma sociedade ideal. Neste panorama, é inaugurada em meados da década de 1850, a Casa de Detenção do Recife. Para uma nova configuração teórica dada aos crimes, foi necessária uma estrutura que visasse a reabilitação dos criminosos, que

⁴Navio que passava pelo rio Reno recolhendo os loucos, os bêbados, os vagabundos, os antissociais.

os moldassem para o retorno disciplinado das ruas; buscando não frisar a punição, mas sim a reinserção. Assim, surge o modelo de Jeremy Bentham, o panoptismo⁵, que busca impor a disciplina como ferramenta do poder, visando a docilidade dos corpos.

O poder disciplinar é [...] um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”: ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. [...] “Adestra” as multidões confusas. (FOUCAULT, 2002, p.143).

A estrutura física que implantaria a obediência e subordinação se daria não apenas na construção material de seu espaço, mas também somado a mecanismos psicológicos, desde a vigilância individual ininterrupta; a separação e classificação dos indivíduos de acordo com seus delitos; os controlados prisioneiros – através de castigos e recompensas – que viviam a partir da premissa de que eram constantemente vigiados.

Uma das grandes inovações deste modelo é que reconfigura a relação entre ver, e ser visto, pois o primeiro era inverificável ao subordinado, já que através da construção arquitetônica do espaço – alcova – em que era inserido, não era possível observar quem o via e de onde o via, causando a sensação excessiva de observação e tendo seus comportamentos moldados por ela.

Bentham ampliou o uso de construção panóptica para além das prisões, essa visão poderia e deveria ser aplicável nas escolas, nas fábricas e nos hospitais, favorecendo a visão foucaultiana da sociedade disciplinar, vigiada, adaptada, doutrinada para a recepção, incorporação dos castigos ou expiação das punições.

A construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra que dá para o exterior permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central e em cada cela colocar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. (FOUCAULT, 2002, p120)

A estrutura fechada do panoptismo, separava o subversivo do convívio externo, mas também visava a separação dos indivíduos dentro do próprio espaço da cadeia – não sendo totalmente representado na CDR, pois para abarcar mais prisioneiros, foi pensada a acomodação de cinco prisioneiros por cela –, buscando a instituição disciplinar perfeita.

⁵Corresponde à observação total produzindo poder disciplinador na vida de um indivíduo.

Seria de fato como proposto, um zoológico real, onde o animal era representado pelo preso. Para se alcançar esse nível de controle era realizado um policiamento espacial, sendo delimitado cada preso a seu lugar, sendo vigiados regularmente por policiais, permanentemente registrados seus feitos, sendo controlada, não só sua liberdade, mas também seu horário, seu trabalho, seus passos, visando à disciplina – que era o que almejava alcançar o poder panóptico.

A importância da implementação da disciplina, é apenas mais um reflexo da sociedade que buscava a ordem em todos os seus indivíduos, de forma que se perpetuassem seus costumes e reinasse a moral em seu convívio social; sendo a disciplina uma ferramenta para que se alcançasse o modelo ideal societário

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos 'dóceis'. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). (FOUCAULT, 2002, p.133)

Para se alcançar a tal disciplina e o isolamento de seus prisioneiros, era necessária uma estrutura que permitisse a aura de constante vigia, de um excessivo estado de vigia dos presos; podemos observar o êxito desse projeto observando a CDR, feita em um formato que se assemelha à uma cruz, com todas as alas dispostas de modo que pudessem ser vigiadas da sala central, permitindo assim aos guardas verem as celas (e até mesmo as projeções em sombra de todos os espaços da cela, de acordo com o posicionamento de suas janelas), sem serem vistos – mantendo a sensação de que estavam sendo vistos, ainda que não houvesse ninguém de fato os vigiando.

Para serem reinseridos em sociedade eram forçados a trabalhar, uma vez que o trabalho era visto como uma das maiores ferramentas disciplinadoras, correcionais e historicamente vista como um mecanismo de libertação reeducativa.

Podemos ver o idealismo do trabalho como mecanismo de melhora constantemente se repetir na História, desde os primórdios nos trabalhos de Hércules, até tempos mais contemporâneos, nos famosos dizeres de Hitler em seus campos de concentração onde “só o trabalho liberta”. Em um mundo onde as estruturas panópticas eram vistas como método de ordenamento social, podemos notar na própria regulamentação da Casa de Detenção, o surgimento do trabalho como forma, não só de um reparo social, mas de punição e de retomada moral. Como podemos notar na passagem:

Foi o principal esteio da reforma penitenciária ocorrida na Europa, bem como nos Estados Unidos e em vários países da América Latina, que adotaram o encarceramento como principal punição aos criminosos, pondo um fim gradual à era dos suplícios e punições públicas, suplantadas por práticas corretivas e não apenas retributivas. (MAIA, Clarissa. Rio de Janeiro. 2011).

Constava no próprio Regulamento da Casa de Detenção – do ano de 1855 – a prática do trabalho entre outras regras disciplinadoras da CDR. Inclusive, se o ofício desempenhado por um certo preso necessitasse de ferramentas ou outros instrumentos, poderia obter autorização do Chefe de Polícia de mantê-los em um local que desempenhasse seu trabalho – muitas vezes na própria cela.

Os presos que realizavam ofícios, ficavam assim, livres de participar dos trabalhos de limpeza das prisões (que eram indispensáveis para os demais presos). Podemos notar a visão dos mandantes da instituição a partir do trecho de um relatório de um administrador, o José Baptista Gilirana: "o trabalho produtivo concorre grandemente para a regeneração do criminoso e concorre para a conservação de sua saúde." (APEJE, CDR. fl 52).

Além dos ofícios realizados pelos detentos dentro das cadeias, também poderiam ser contratados para trabalharem em obras públicas, recebendo inclusive remuneração para que os presos se custeassem na cadeia. Existem relatos, inclusive, que por certo tempo, devido a nem sempre estarem implantadas as oficinas, pois dependia do administrador da instituição, a CDR se assemelhava à uma verdadeira fábrica; possuía oficinas de ferreiro, tornarias, carpinteiro, sapateiros e de cantaria, que ofereciam retorno financeiro.

Além disso, era através das oficinas que os presos não só geravam renda que serviam para custeá-los ou dar sua sobrevivência, pois trabalhavam para vestir e comer, como mostra a comunicação a seguir do administrador da CDR ao chefe de polícia: "Nesta data deixou de ser alimentado à custa dos cofres públicos o sentenciado Antônio Francisco dos Santos, a quem habilitei ao trabalho a ganhar o necessário para sua subsistência." (APEJE, CDR, p. 29)

Mas se observa que o trabalho também servia para alimentar as necessidades da estrutura e manutenção da própria Casa de Detenção. Notando esse viés financeiro, percebemos que para o Estado, o trabalho nas prisões era mais cultuado pelo que o livrava de custos, do que pela própria disciplina em si, visto que servia sim como forma de disciplina e ordenamento dos homens, mas

principalmente serviria para diminuir os custos da prisão com materiais e com os próprios presos.

O panótipo funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens; um aumento de saber vem se implantar em todas as superfícies onde este se exerça. (FOUCAULT, 2002, p. 194).

Outro exemplo do uso do trabalho dos presos é o exposto na documentação da CDR do APEJE que comunica ao chefe de polícia o uso de detentos como chaveiros por não ter pessoal suficiente para fazer o funcionamento da detenção a contento. (APEJE, CDR, p. 293).

O modelo panóptico verificado na construção do espaço e no agir da administração da prisão, não houve um êxito total por uma série de fatores – corrupção policial, superlotação –, entre eles podemos destacar o peso do poder nas leis de um certo local, visto que acabava suavizando as leis da própria instituição.

Caso um preso fosse da área, muitas vezes resultava em favores dos guardas, sejam com visitas de parentes, ou de clientela dos seus ofícios, ou até mesmo sair da própria Casa de Detenção para vender (ou comprar) os seus produtos. Apesar de falho, o sistema sempre foi focado na docilidade e disciplina, para reintegração do preso.

Apesar de possuir uma estrutura metódica e fechada, a Casa de Detenção era um local marcado por um constante dinamismo e complexas relações sociais. Apesar da rigidez da disciplina, que supostamente deveria ser a regra absoluta do local, podemos ver que existia espaço para não apenas relações de trabalho mais suavizados, mas de relações humanas – como podemos observar nos relatos do Chefe de Polícia sobre os alienados que ali se encontravam, que custeou, por exemplo, a detenta Felicidade.

Contudo, sabemos que nem sempre essa dinâmica nas relações era positiva – havendo casos dos mais diversos tipos de abuso policial – ou influenciada apenas pela benfeitoria ou motivada pela recuperação da moral dos presos, mas ainda assim são dignas de estudo, uma vez que faziam pulsar o coração da Casa de Detenção do Recife.

Nesta espécie de estrutura fechada para um dos maiores experimentos sociais da cidade, figuraram entre seus ocupantes/cobaias, os homens tidos pelos

olhares opressivos da razão e normalidade como loucos, mas podemos ver através do discurso dos policiais da Casa de Detenção, que era sabido que não pertenciam também àquele lugar, uma vez que era uma tarefa basicamente impossível discipliná-los através do que era proposto pela prisão, sendo incapazes de moldá-los para voltarem à sociedade de modo que pudessem viver na mesma.

Entre estruturas e práticas bethanianas que visavam disciplina e docilidade para reintegração social, na postura do trabalho como uma fonte de correção moral, nas relações dinâmicas que ocorriam entre os diversos ocupantes e circulantes da instituição, não era encontrado o local de trato e habitação ideal dos loucos – passageiros constantes, entre idas e vindas, da CDR enquanto não havia uma política ou estrutura pública específica para lidar com os mesmos. Não pertencendo eles a nenhum espaço nesta sociedade moderna; não a casa, não a rua, não ao encarceramento.

A Casa de Detenção do Recife, como já dito anteriormente, pode ter representado um embelezamento arquitetônico para a cidade. Ocupou um espaço dentro da concepção de segurança pública daqueles anos em estudo. Mas, não se pode esquecer que também serviu para fins de exclusão social, não apenas a de encarceramento de indivíduos que tinham delitos ou contravenções.

Também foi casa de pessoas que tinham cometido o crime da pobreza, como uma senhora de 94 anos de idade que fora detida por uma noite a mando do delegado de polícia para correção (APEJE, CDR, p. 345) por apenas ser escrava, ou mesmo como no caso dos detentos alienados, a detenta Felicidade e dos detentos Joaquim Policarpo de Jesus Bandeira e Ângelo Custódio dos Santos.

Assim, cabia à Casa de Detenção do Recife o papel desempenhado anteriormente pelo leprosário, exercido pelas embarcações do Reno na época clássica abordada por Michel Foucault de segregar o pobre, o louco, o sujo, o feio, o declarado perigoso para a modernização e padronização daquilo que o Recife declarava importante para sua população. O Recife buscava em fins de século XIX forçar estes grupos a submissão às vontades da elite, às vontades da razão, e às vontades do mundo do trabalho capitalista.

Referências

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO. **Série Saúde Pública**. Recife. Volumes 1 e 2.

_____. **Série Diversos I**. Recife. APEJE, 1860 a 1880. Volume 17.

_____. **Fundo Casa de Detenção do Recife**. Recife. APEJE

_____. **Coleção Petições**. Recife. APEJE

_____. **Série Registros**. Recife. APEJE

CHALHOUB, Sidney – **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. Companhia das Letras. São Paulo, 1996.

CHEVALIER, Louis – **Laboring classes and dangerous classes in Paris during the first half of the nineteenth century**. Princeton University Press. Princeton. New Jersey. 1973.

COSTA, J. F. C. **História da Psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. 140p.

Rotterdam E. **Elogio da Loucura**. Vol.278. Porto Alegre: L&PM; 2003.

FREYRE, Gilberto - **Casa Grande e Senzala** - Formação da família brasileira sob Regime de Economia Patriarcal. 10ª edição. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1961.

_____, Gilberto – **Sobrados e Mucambos**: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano. 1º e 2º Tomo. 3ª edição. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1961.

FOUCAULT, Michel – **As Palavras e as Coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8ª edição. São Paulo. Martins Fontes. 1999.

_____. **História da Loucura na Idade Clássica**. 7ª edição. São Paulo. Perspectiva. 2004.

_____, Michel – **A Arqueologia do Saber**. 6ª edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2000.

_____, Michel – **Microfísica do Poder**. 15ª edição. Rio de Janeiro. Graal. 2000.

_____, Michel – **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 25ª edição. Petrópolis. Editora Vozes. 2002.

_____, Michel – **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. 14ª edição. Rio de Janeiro. Graal. 2001.

GONÇALVES, M. S. **Os caminhos da loucura na segunda metade do século XIX, no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, Manguinhos.

HAHNER, June – **Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil – 1870 – 1970.** Edunb. Brasília, 1993.

LIMA, M.J.S. **História da loucura na obra “o alienista” de Machado de Assis: discurso, identidades e exclusão no século XIX.** *Caos - Revista eletrônica de Ciências Sociais*, Paraíba, nº 18, p.141-153, 2011.

MAIA, Clarissa Nunes. **O TRABALHO PRISIONAL NA CASA DE DETENÇÃO DO RECIFE NO SÉCULO XIX.** *Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro: vol. 3, no. 2, maio-agosto 2011, p. 187- 202.

MASSIMI, M. **O ensino de Psicologia no século XIX na cidade do Rio de Janeiro.** *Paidéia (Ribeirão Preto)* [online]. 1993, n.4, pp. 64-80. ISSN 0103-863X.

ODA, A. M. G. R; DALGALARRONDO, P. **História das primeiras instituições para alienados no Brasil.** *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 3, p. 983-1010, set.-dez. 2005.

PAVÃO, S.R. **Louco e Ciência: A construção do discurso alienista no rio de janeiro no século XIX.** *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, UERJ, Rio de Janeiro, Ano 6, n.2, 2º Semestre, 2006.

REZENDE, Antônio Paulo – **Desencantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX.** Governo do Estado, Secretaria de Cultura – FUNDARPE, Recife, 1997.

ROCHA, Artur G. G. de L. **Discursos de uma Modernidade: as transformações urbanas na freguesia de São José (1860-1880).** Dissertação de Mestrado. Recife. UFPE, 2003.

_____. **Borges o Curador de Morpheus: um caso singular de visionismo ou charlatismo no Recife da segunda metade do século XIX.** *Humanae* v. 7, n. 1. 2013.

_____. **As questões tributárias municipais no Brasil Imperial: um estudo sobre a cidade do Recife durante as décadas de 1860 e 1870.** *Humanae*, v.1, n.4, p.19-31, Ago. 2011.